

O Natal mais democrático, caro - e endividado - da história

(Ana Clara Costa)

Pela primeira vez, brasileiros de diferentes faixas de renda podem comprar produtos similares nas lojas. Mas até que ponto essa conquista é sustentável? São Paulo - O aposentado Vicente Nunes, de 74 anos, tem uma renda mensal de 1.200 reais e acaba de se presentear neste Natal com uma TV de LED de 32 polegadas que custa 2.700 reais. O chefe de pizzaria Evanildo Damaceno de Souza, de 27 anos, utilizou parte de seu salário de 4.000 reais para comprar um refrigerador de 2.100 reais. Já a bacharel em Direito Andrea de Faria, de 23 anos, não trabalha e pertence a uma família de classe média alta, com renda superior a 10.000 reais. Entre suas compras de fim de ano está o iPad, o desejado tablet da Apple, que lhe custou 2.336 reais à vista. Se, na prática, os três têm pouco em comum, seu padrão consumo não deixa de ter ligação. Em um Brasil de crédito abundante, salários em ascensão e maior estabilidade no emprego, consumidores se entregam a extravagâncias. Muitos entrarão em 2011 às voltas com dívidas que talvez não possam administrar. Um estudo do Provar sobre intenções de compra de brasileiros das classes A, B, C e D no Natal traz números reveladores. Em todas as faixas de renda, o desejo de adquirir aparelhos celulares, sobretudo smartphones, é igual – próxima a 10%. Em relação aos eletroeletrônicos, cerca de 13% dos entrevistados da classe D declararam interesse em obter tais produtos neste final de ano. Nos segmentos B e C, essa proporção era de, respectivamente, 17% e 10%. "As pessoas estão fazendo o possível para comprar lançamentos de eletroeletrônicos, parcelando tudo no cartão de crédito. Poucos produtos, como a TV 3D, por exemplo, ainda não são acessíveis às classes C e D", afirma Ana Caroline Fernandes, coordenadora do Grupo de Prevenção de Perdas do Provar, o Programa de Administração de Varejo da Fundação Instituto de Administração (FIA). A ascensão da classe C – segmento que, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), compreende os indivíduos com renda entre 1.200 e 4.800 reais – ao mundo do consumo já não é propriamente uma novidade. São 30 milhões de brasileiros que, nos últimos anos, saíram da pobreza e agora podem comprar bens e serviços além da subsistência. Ao crescimento da renda, contudo, cresce também o grau de endividamento da população - e dessa parcela, em especial. Segundo dados do Índice de Expectativas das Famílias (IEF), divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o valor médio da dívida das famílias aumentou 11% em novembro sobre o mês anterior, passando a 4.680 reais. Vicente Nunes, que comprometeu mais do que o dobro de sua renda mensal com a TV de LED, é exemplo disso. Ele parcelou o produto em três pagamentos de 900 reais, dos quais pagará apenas metade. "Meu filho irá quitar o restante. Preciso economizar para reformar a casa", afirma o aposentado. Ainda que pague parcelas de 450 reais, compromete nada menos que 37% de seu orçamento só com a TV. Crédito farto – Recorrer ao crédito para realizar os desejos de consumo não é algo recriminável. Ao contrário. Brasileiros sempre precisaram, em sua maioria, financiar imóveis, automóveis e outros produtos de alto valor. Para bens mais baratos, o cheque pré-datado reinava antes do surgimento do cartão de crédito. "O problema é que, agora, muitos brasileiros somam o crédito à sua renda real. E só se consideram endividados quanto o salário não é suficiente para pagar as parcelas", afirma Keyler Carvalho, professor de finanças da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). A busca por crédito cresceu 6,2% e bateu novo recorde em novembro, segundo a Serasa Experian. Entre os consumidores com remuneração próxima a 500 reais, a expansão foi ainda maior: 8,6% em relação a outubro. Foi justamente o crédito que moveu o chefe de pizzaria Evanildo Damaceno de Souza a comprometer parte de seu orçamento para pagar o refrigerador de duas portas. Com salário de 4.000 reais, ele dividiu a compra em seis parcelas de 350 reais e afirma que, apesar do presentão, está gastando menos neste Natal. "Meu bolso está mais fechado", garante. Perspectiva de mudança – O próximo ano, contudo, pode trazer mudanças importantes. As medidas anunciadas em dezembro pelo Banco Central com o objetivo de desestimular o mercado de crédito e o consumo, na esperança de reduzir a inflação – que acumula alta de 5,25% no ano – poderão frear momentaneamente a vontade (e a possibilidade) de comprar dos brasileiros. O aumento do valor do pagamento mínimo do cartão de crédito de 10% para 15% do total da fatura também vai nessa direção. Entretanto, o perfil de consumo nem sempre consciente e a pouca disposição para poupança parecem, de fato, ter sido instaurado na cultura da classe ascendente. "É preciso educação financeira; coisa que o brasileiro não tem. Enquanto ele não tiver essa consciência do que é a renda e o que é o crédito, continuará vivendo para pagar juros e não irá poupar", afirma Carvalho.